

Inteligência Territorial E Desenvolvimento Sustentável: Exemplos Marroquinos E Brasileiros¹

*Territorial Intelligence and Sustainable Development: Examples Moroccans And
Brazilian*

André Joyal²

Luiz Fernando Macedo Bessa³

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre os conceitos relativos à lógica territorial e à sustentabilidade, com base na literatura brasileira e marroquina, e a partir de exemplos práticos relacionados a esses dois países. Os resultados demonstram não faltam exemplos de uma nova dinâmica territorial no Marrocos e no Brasil, mas o debate sobre a sustentabilidade requer uma compreensão sobre a interação entre múltiplos atores sociais e processo decisório, definida na literatura como governança.

Palavras-chave: Inteligência territorial, desenvolvimento sustentável, aglomerações, desenvolvimento local.

Abstract: The objective of this paper is to provide insight into the concepts surrounding the territorial logic and the one linked to sustainability related to Moroccan and Brazilian literature and practical examples related to these two countries. Specifically we will see how countries like Morocco and Brazil are positioning themselves in relation to that use as means of localized production systems (SPL). Then the concept of territorial development started taking place. It is recognized that territorial intelligence, in its metaphorical sense, exists only by virtue of local actors which are vectors of knowledge or expertise that needs to be highlighted.

Key-words: Territorial intelligence, sustainable development clusters, local innovative initiatives.

JEL: O57, R1

Introdução

A melhor forma de organizar um território é compartilhar a sua inteligência. Este é um dos aspectos essenciais para o desenvolvimento local e regional, conforme observa Doku (2011): "os territórios que alcançam o desenvolvimento são aqueles que são construídos por redes de intercâmbio permanente que favorecem os métodos de coordenação com base em valores comuns". Compreende-se assim a influência da escola francesa da proximidade que em edição especial de Sol et Civilisation (2009) afirma que a proximidade antes de ser geográfica é principalmente de caráter relacional. Faz-se aqui referência a empresas de um determinado território que se beneficiam da contribuição de uma rede nacional e/ou internacional de informações que facilitam a tomada de decisão. No Canadá, por exemplo, as Pequenas e Médias Empresas (PME) contam com esse tipo de apoio desde o início de 1980, enquanto que no Brasil observa-se o mesmo fenômeno desde meados dos anos 1990 e no Marrocos há pouco menos de uma década. A edição de Sol et Civilisation (2009) traz o conceito de "território-empresa": "o território, como equivalente a uma empresa, que assume a forma de uma unidade de organização e gestão." Trata-se portanto da gestão do território, fazendo-se referência às relações mantidas entre os atores locais

¹ Artigo recebido em abril de 2012 e aprovado em junho de 2012.

² Pesquisador da Université du Québec à Trois-Rivières e membro do *Centre de recherche en développement territorial*. E-mail: andre.joyal@uqtr.ca

³ Doutor em Geografia Humana e Organização do Espaço, Professor da Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Administração. E-mails: lfbessa@gmail.com e lbessa@unb.br

e as diversas instituições locais e nacionais chamadas a interagir no contexto de um novo tipo de governança que faz apelo a preceitos da inteligência territorial, e principalmente aos do desenvolvimento sustentável.

O objetivo do presente artigo é apresentar uma visão sobre os conceitos relativos à lógica territorial e à sustentabilidade, com base na literatura brasileira e marroquina, e a partir de exemplos práticos relacionados a esses dois países⁴.

Tomando-se como referência a literatura francesa e do Quebec sobre desenvolvimento territorial, que foi abundante no final dos anos 90, conforme evidenciado por Carry e Joyal, (2010), a literatura brasileira é mais recente. No Brasil, Favareto (2009) observa que a abordagem territorial se diferencia da abordagem setorial, limitada a setores econômicos específicos que foram implantados há muito tempo, em diversos lugares, por uma ampla gama de atores. A partir de uma visão territorial, a atenção se direciona para uma gama variada de setores, numa perspectiva multidimensional. Para Comin e Torres Freire (2009), o território pode ser definido como um "ator" que se aproveita dos efeitos de proximidade e de aglomeração, a fim de reduzir a incerteza em favor de uma governança que tenta reunir os agentes de diversas origens socioeconômicas. Rocha e Bursztyn (2008) abordam o território como o resultado das formas específicas de inter-relações sociais dos indivíduos, empresas e organizações suscetíveis a desenvolver em escala local uma dinâmica que ofereça um melhor controle de um futuro imediato. Por fim, mencionamos Turnes (2011), para quem o território é mais do que apenas uma base física, porque ele representa um padrão de relações com origens históricas a partir de ligações que ultrapassam fatores relacionados aos recursos naturais, custos de transporte e de comunicação.

Do lado marroquino, a literatura é menos abundante. Askour (2009) ao analisar as redes de cooperação produtiva no Marrocos foi pioneiro a destacar no país que "a partir de uma simples localização das atividades econômicas, o espaço, com base no conceito de território, tornou-se um ator essencial ao desenvolvimento econômico". Podemos aqui fazer uma aproximação com uma recente contribuição de Bellemare e Klein (2011), pesquisadores do Quebec, que, em um contexto pós-fordista, veem na dinâmica do território o subconjunto resultante da interação de três dimensões (conjuntas): o trabalho social, o desenvolvimento territorial e as relações industriais. Eles são o resultado do desaparecimento das fronteiras entre os campos de ação dos atores políticos, sociais e econômicos.

O desafio da sustentabilidade

Difícil não aderir ao conceito de desenvolvimento sustentável, que, convenhamos, vem de uma ideia nobre. Ao admitirmos isso, encontramos uma observação de Féron et al. (2001, p.3) que destaca a pertinência em considerar o conceito como destituído de fundamento doutrinário. Daí a dificuldade de bem defini-lo. Em obra coletiva, Bello (em Féron e al. p.174) observa que há falta ao conceito de definição precisa e reconhece a necessidade de esclarecimento para evitar o risco de escamoteação, caricatura ou deturpação (p.316). Mas, conforme observa

⁴ Alguns dos exemplos mencionados neste artigo foram conhecidos pelos autores *in locu* ou apresentados no « *Rencontre Internationale de Dakhla : "Intelligence territoriale et développement regional par l'entreprise- expériences internationales comparées* », realizado no Marrocos entre 20 e 25 de novembro de 2010, no qual os autores tiveram a oportunidade de participar.

Nifle (2005, p.23) o problema do desenvolvimento sustentável reside no fato de nem sequer saber bem o que é desenvolvimento, o que incita a destacar:

"A negligência contemporânea permite utilizar termos "evocativos" sem preocupar-se em conceituá-los, isto é, em dar-lhes um conteúdo concreto, duradouro e partilhável. Assim, para tomar uma posição sobre a questão, o desenvolvimento sustentável que nós concebemos aqui tem que ser também apropriado. Apropriado aos territórios e suas transformações sucessivas, apropriado pelas comunidades territoriais que é, afinal, o desenvolvimento humano ou o empoderamento ("empowerment") que está em jogo".

No âmbito dessa discussão, Zacai (2002) chama a atenção para dois riscos. O primeiro e mais óbvio, é o de torná-lo um conceito banalizado, que é invocado para tudo (p.15), como conceito "buzzword"⁵. O segundo risco, tomaria uma forma contrária, ao ser apropriado e confiscado por discursos e práticas técnico-científicas que o tornarão seu monopólio. Diz-se frequentemente que quando da apresentação de um projeto de pesquisa a diferentes órgãos financiadores, fazer alusões ao desenvolvimento sustentável⁶ é bem visto. Como é sempre o caso, Ferone e all. (p.46) julgam ser útil referir-se ao famoso Relatório Brundtland publicado sob os auspícios da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente das Nações Unidas em 1986 que permanece até hoje a principal referência sob o título Nosso Futuro Comum (1987). Originário da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972, como sabemos, a famosa definição foi adotada: "o desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras." Essa definição foi acompanhada por três grandes dimensões: ambiental, econômica e social. Esta última que teria sido negligenciada por muito tempo, permite com a dimensão econômica fazer uma ligação com o desenvolvimento local e territorial como observa Loinger (Vandermotten, 2002), que vê no desenvolvimento sustentável um novo horizonte para o território: "o desenvolvimento sustentável é um motor de transformação poderoso de processos de trabalho da máquina administrativa de nível local".

Com o objetivo de esclarecer melhor o conceito, Gagnon (2008, p.336) argumenta, com o exemplo de Roma, que não foi construída em um dia e sem problemas, que estamos lidando com um paradigma em construção. Gagnon, a partir de Loinger vê na abordagem territorial do desenvolvimento sustentável uma abordagem inovadora classificada como pós-Brundtland. Assim, o desenvolvimento sustentável não seria um quinhão de especialistas, governos e organizações internacionais, tornando-se atributo dos atores territoriais.

Tomando-se como referência uma abordagem teórica sobre sustentabilidade e governança ambiental urbana feita por Faria, Bessa e Tonet (2009), a origem do termo "sustentabilidade" está relacionada a aspectos ecológicos e econômicos. Conforme observam os autores, de acordo com Leff (2001:20) "o termo sustentabilidade incorpora dois significados: um que envolve a interiorização das

⁵ *Buzzword* é uma expressão da língua inglesa que representa uma palavra ou expressão que estaria na moda, mas que seu significado original foi perdido e seu uso corrente foi banalizado. A utilização de uma *buzzword* representa o uso de expressões de forma a se constituir em uma panaceia, que tem mais efeito no nível da retórica do que na aplicação prática.

⁶ Assim como em uma determinada época todo projeto submetido à Agência Canadense de Desenvolvimento deveria fazer menção à condição feminina.

condições ecológicas para apoiar o processo econômico, e outro que acrescenta a durabilidade do sistema econômico. Neste sentido, a sustentabilidade ecológica é uma condição para a sustentabilidade do processo econômico”. Sachs (2000:71-72) destaca a importância da sustentabilidade como a conciliação de interesses de desenvolvimento com a conservação da biodiversidade. Ele também adverte que a sustentabilidade pode colaborar para a busca da paz, na medida em que a guerra afeta a natureza, o patrimônio comum da humanidade. Esta abordagem enfatiza a sustentabilidade como um caminho para a justiça social, dando às pessoas a oportunidade de se beneficiar do desenvolvimento e melhorar suas condições de vida. Leroy, Maia e Guimarães (1997:31) encontraram mais de uma centena de conceitos de sustentabilidade, e, segundo eles, o que esses conceitos têm em comum é a idéia de "manutenção de estoques de recursos e qualidade ambiental para satisfazer as necessidades básicas da atual e gerações futuras”.

Considerando a origem do termo, continuam os autores, Leff (2001:20) aponta que a sustentabilidade depende de um Estado democrático, porque não é uma contradição em conciliar os interesses do próprio Estado com a necessidade de explorar racionalmente os recursos naturais, mantendo a lógica econômica. Na mesma direção, Acserald (2000:97) destaca que a "sustentabilidade se refere à relação entre a sociedade e a base material para tal reprodução. Esta não é a sustentabilidade dos recursos naturais, mas de formas sociais de apropriação e uso desses recursos e do ambiente”. Dentre suas principais contribuições, esse entendimento de sustentabilidade destaca importantes conexões entre a sociedade, meio ambiente e processo de desenvolvimento, especialmente ao apontar as condições sociais que influenciam a sustentabilidade ecológica (Lélé 1991).

De fato, Bernardes e Ferreira (2003) observam que a apropriação da natureza pelo indivíduo está sempre inserida numa determinada forma social. Nesse sentido afirmam: “a dialética homem/natureza está na base do processo de desenvolvimento e transformações das sociedades humanas. Em sua obra “A Produção do Espaço”, Lefebvre (1974) demonstra a necessidade de considerarmos o espaço como um dos aspectos fundamentais da “natureza segunda”, consequência da prática social sobre a base material que constitui a “natureza primeira” (p.18).

Considerando a abordagem de Sachs, como mencionado acima, há uma ênfase forte na sustentabilidade como sendo uma forma de criar justiça social, aumentando a oportunidade das pessoas se beneficiarem do desenvolvimento e melhorar as condições de vida.

Com base nesses argumentos, é necessário estabelecer um conjunto claro de idéias sobre os atores que moldam o território, seus interesses, e sua capacidade de materializar os interesses. Em outras palavras, o debate sobre a sustentabilidade requer uma compreensão sobre a interação entre múltiplos atores sociais e processo decisório, definida na literatura como governança. Questões relacionadas à governança e às perspectivas para novas formas de fazer política são cruciais para enfrentar os problemas em direção à sustentabilidade (Faria, Bessa e Tonet, 2009). Seguindo esta idéia, as metas estabelecidas devem incluir uma ampla variedade de parâmetros, sociais, políticos e culturais.

Cabe ressaltar que, conforme observam Pinto e Costa (2008), não pode haver desenvolvimento local sustentável sem que haja uma base política e econômica estruturada e estável na nação e/ou localidade. Desta forma, é preciso destacar que a estabilidade política e econômica está ligada ao conceito de sustentabilidade através de programas de desenvolvimento econômico capazes de produzir e distribuir riquezas em conformidade com cenários sociais e ambientais. Assim, o estímulo ao

desenvolvimento sustentável deve passar, necessariamente, por iniciativas que estimulem o desenvolvimento de determinadas localidades segundo suas vocações produtivas buscando, desta forma, proporcionar crescimento econômico com a geração de empregos, aumento de renda e uso racional dos recursos locais.

Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial

Durante o período do pós-guerra até meados dos anos 1970, identificado como os "Trinta Gloriosos" não se falava de desenvolvimento territorial. Intervenções governamentais decidiam de forma centralizada o futuro das regiões. Isto é especialmente verdadeiro para os casos do Canadá e Brasil, dois países onde os poderes político e econômico adotaram políticas de inspiração keynesiana. Foi só a partir dos anos 80 e 90 que grandes estratégias macroeconômicas foram colocadas em ação. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento territorial começou a ser colocado, o que levou Pecqueur e Peyrache-Gadeau (2010) a escrever:

"Desde o fim das ilusões do crescimento do período do boom do pós-guerra desde os anos setenta, a ciência regional surgiu de uma nova categoria de organização especializada de atores: o território. Esta é, sem dúvida, uma grande inovação que nos leva do fato regional ao fato territorial.

Mas, apesar da abundância de publicações sobre dinâmica territorial nos últimos anos (Dupuis e Burmeister, 2003), (Courlet, 2001 e 2008,), (Itçaina, 2007), a noção de território não é unanimidade. Para Khan (2010), por exemplo, o território dificilmente se presta à formalização. Isto explicaria que o conceito não foi por muito tempo uma preocupação da economia regional, tendo sido ignorado por muitos economistas. Para este autor, qualquer que seja a abordagem, o conceito de território refere-se ao mesmo tempo a um espaço e aos atores, conforme observa Benko (2007) que o vê principalmente como uma construção social, da mesma forma que os autores brasileiros mencionados acima. Nesse sentido, é importante levar em conta a observação de Chauvetière (2010), que adverte contra a tentação de definir um território dentro de um determinado perímetro, referindo-se como "síndrome de ilha". Ora, o território deve ser aberto: os atores que dele fazem parte e estão envolvidos no ambiente econômico e político e podem construí-lo com mais frequência do que, ao contrário, a partir do exterior de um determinado território. Assim, não podemos discutir a dinâmica territorial escondendo a natureza global da economia, mesmo sabendo que muitos influentes tomadores de decisão não estão geograficamente no território estudado, mas fazem parte da sua estrutura organizacional (veja acima).

A interação entre os diferentes atores chamados a desempenhar um papel ativo na evolução da dinâmica territorial tem levado alguns observadores⁷ a cunhar o conceito de engenharia territorial. Assim, para Lardon (2011), o conceito inclui os métodos, ferramentas e dispositivos disponíveis para os atores na escala de um território, para alcançar seus projetos territoriais. Embora segundo Rey-Valette (2011) a engenharia territorial em relação a um projeto de território, enfatize os

⁷ Particularmente no centro da rede francesa Agro-Paris Tech.

processos de participação, aprendizagem e redes de atores. A consideração destes esclarecimentos pavimenta o caminho para o conceito de inteligência territorial.

Segundo (Girardot, 2002), inteligência territorial refere-se a "todo o conhecimento multi- disciplinar que pode melhorar a compreensão e a estrutura dinâmica dos territórios". Já (Herbaux, 2002) afirma que a inteligência territorial permite "uma evolução da cultura local com base na coleta e compartilhamento entre todos os atores locais para fornecer ao tomador de decisão a informação oportuna e adequada". Dumas, (2004) aborda a inteligência territorial como um processo cognitivo e de organização da informação, e o território como um espaço de relações significativas. Por fim, (Bertacchini, 2004) aborda a inteligência territorial como "um processo informacional e antropológico, regular e contínuo, iniciado por atores locais fisicamente presentes e/ou distantes que se apropriam dos recursos de um espaço, mobilizando e transformando a energia do sistema territorial em capacidade de projeto".

Assim, continua Bertacchini, a inteligência territorial pode ser assimilada à territorialidade resultante do fenômeno de apropriação dos recursos de um território, pois consiste na transferência de competências entre as categorias dos atores locais de diferentes culturas.

No âmbito da construção da noção de sustentabilidade e do desenvolvimento do conceito de inteligência territorial, e no contexto de transição para um novo paradigma de desenvolvimento, associado a um processo acelerado de globalização com intensa integração econômica, a preocupação com o desenvolvimento local e territorial torna-se bastante forte. De fato, conforme observa Castells (1998, p.9): "um dos muitos paradoxos que nos oferece o nosso interessante tempo histórico é a revitalização do local na era global". Nesse sentido, a dimensão local assume uma importância como um dos principais eixos das ações da estrutura econômica e inclusão social, juntamente com a valorização da vocação, talento e o potencial produtivo local. A cooperação local passa, portanto, a funcionar como um fator determinante na capacidade de competição local com base no capital humano da interação entre empresas, escolas, universidades e centros de formação, redes formais e informais entre compradores e vendedores; compartilhando sinergias culturais.

Como resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território, o desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e governança. Nesse contexto, alguns conceitos como o de "desenvolvimento local sustentável" têm se desenvolvido. Trata-se de um processo endógeno de mudança, levando com ele a vitalidade econômica e qualidade de vida em pequenas unidades territoriais e assentamentos humanos. Conforme observa Buarque (2008, p. 27), o desenvolvimento local sustentável "resulta da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos -, a eficiência econômica – com a agregação de valor na cadeia produtiva - e a gestão pública eficiente. A interação entre eles deveria ser medida pela governança – transbordando da base econômica para finanças e os investimentos públicos -, pela organização da sociedade – orientando as políticas e os investimentos públicos locais – e pela distribuição de ativos sociais -, assegurando a internalização da riqueza e os desdobramentos sociais da economia".

Autores como Bandeira (2000); Benko e Pecqueur (2001); Boiser (2002 e 2000); Llorens (2001); Galvão e Cocco (1999); Vázquez Barquero (2002); entre

outros, ressaltam a dimensão local como um meio de integração da atividade econômica, social, política e cultural, agregados estes, condicionantes para se alcançar o desenvolvimento. A análise do desenvolvimento local passa a incorporar aspectos fundamentados na cultura, na sociedade, nas organizações institucionais e produtivas.

A evolução da discussão na construção do conceito de desenvolvimento sustentável tem levado à percepção da interação entre o econômico, social e o ambiental. O desenvolvimento sustentável pode ser alcançado com a realização de projetos de desenvolvimento local, tanto para preservar os recursos ambientais presentes e adaptá-los às particularidades das localidades, mas também criando empregos e renda para a localidade em questão.

Nesta perspectiva, é essencial identificar e promover um modelo de organização das atividades que promova o desenvolvimento local sustentável e incentive a competitividade das empresas no mesmo local. Uma condição necessária para o desenvolvimento é que o crescimento econômico deve atingir metas socialmente desejáveis, mas de uma forma adequada para minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente. Além disso, taxas de crescimento significativas são necessárias porque é mais difícil redistribuir bens e renda em uma economia estagnada (Sachs, 2001).

Assim, várias têm sido as linhas de pesquisa que se desenvolveram no sentido de explicar as novas formas e condições de desenvolvimento, em especial as aglomerações geográficas de empresas, genericamente denominados de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Cluster, Distrito Industrial, Arranjo Produtivo Local: qual pertinência para o Brasil e o Marrocos?

Apesar de boa parte da literatura sobre desenvolvimento territorial ter origem em países desenvolvidos, os sistemas e arranjos produtivos locais (APLs) vêm ganhando cada vez mais espaço como importante instrumento estratégico nos países em desenvolvimento. Enquanto nos países desenvolvidos as políticas públicas voltadas para os sistemas produtivos locais buscam fomentar, em primeiro plano, a inovação e o aprendizado, em países em desenvolvimento, as preocupações essenciais repousam no dinamismo do desenvolvimento (Costa, Sawyer e Nascimento, 2009).

De acordo com Lastres e Cassiolato, (2003), a origem dos APLs encontra-se associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. É um modelo de organização industrial propício a desenvolver-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e a confiança entre os atores. A ação de políticas tanto públicas como privadas pode contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo.

Uma recente contribuição de Porter, Delgado e Stern (2010) revela que as novas empresas estão mais propensas a ter sucesso quando nascem em um ambiente caracterizado pela existência de clusters estabelecidos. Nesse contexto, há uma diminuição nos custos associados à criação de empresa iniciantes e, além disso, há incentivos à inovação e acesso a uma gama maior de fornecedores. Assim, há razão para se questionar a forma como países como Marrocos e Brasil se posicionam em relação ao que se denominam Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Os APL no Marrocos

Com Azkour (2010), tem-se uma resposta à pergunta acima, ao considerar o território como um lugar de cooperação, coordenação e ação. Para esta autora, Arranjos Produtivos Locais realmente tomaram forma no Marrocos nos últimos anos. Assim, a cadeia de cedro em Essaouira e da cerâmica em Safi ou ainda a emergência de polos de competitividade como o exemplo do Technopolis de Rabat representam algumas ilustrações. Essas novas configurações devem sua origem a uma política estatal voluntarista de aglomeração e de polarização das atividades econômicas inspiradas na problemática que envolve os APL, mas sem os adaptar como deveria segundo a autora. O que poderia gerar no Marrocos uma confusão entre os projetos de território, os territórios pertencentes, os APL, e as atividades em rede.

Azkour (2010) vê, no entanto, uma tendência descentralizadora favorável pela qual passaria o Estado Marroquino: de um status de regulador para o de acompanhador, como é a lógica do desenvolvimento territorial e como tem sido demonstrado pelo Quebec desde os anos 90. Esse processo de evolução no Marrocos permite a Courlet e Pecqueur (2010) escreverem que a valorização do patrimônio e saberes locais podem ser muito vantajosa no mercado internacional, o que permitiria uma melhor difusão territorial e uma nova dinâmica de desenvolvimento. Eles tomam como exemplo a Medina de Fez, com o couro e calçados de um lado e uma grande variedade de produtos (pratos, bandejas, jogos de chá, lanternas, etc.) de outro. Com base em tais experiências, pode-se entender a pertinência de considerar, como o que é feito no Brasil (ver abaixo), a implementação de APL no sul do Marrocos como evidenciado pela presença de um “cactopôle” e o funcionamento de um APL de pesca chamado a envolver pelo menos dez pequenas comunidades⁸. No que diz a respeito ao “cactopôle”, sua localização se estende por 25 hectares a seis quilômetros de Guelmim. É a primeira vez que o cacto é usado intensivamente e para outros fins que a alimentação animal, com perspectivas para aplicações nas áreas de cosméticos e medicamentos. Aos olhos de Angay (2011) o arranjo está em curso com vistas à otimização de zero desperdício econômico e em conformidade ambiental. O mesmo ocorre com a criação de camelos, também nas províncias do sul de Marrocos, conforme relatado por Houmymid (2011) que o camelo é um dos poucos animais que respeitam o meio ambiente saariano e protege os seus recursos naturais vegetais. Portanto, um programa com um orçamento de 250 milhões de durhams, por um período de cinco anos está em andamento. Ele reúne uma grande variedade de parceiros, incluindo os setores público e privado, agricultores, consumidores e pesquisadores.

Esses exemplos fazem entender o lugar da dimensão social em qualquer abordagem de desenvolvimento territorial promovendo a inter-relação entre os diferentes parceiros locais e nacionais. Assim, com o APL da pesca, o enquadramento de centenas de pescadores de pequeno porte permite-lhes livrarem-se da dependência de compradores privados menos sensíveis aos interesses dos seus fornecedores. Em melhores condições de exercer sua autonomia no contexto da APL, os pescadores acham assim um lugar de cooperação de ajuda mútua e de

⁸ Antes de nossa visita de campo que nos permitiu ver o estágio do projeto, o autor dessas linhas tinha em mente a demanda de P.Pommier, autora de *Les systèmes de production locaux*, Documentation française, Datar, 2002 convidava a verificar o nível de avanço deste APL.

solidariedade.

Como outros APL potenciais Azkour (2009), vê o artesanato em Fez, a indústria têxtil e do vestuário em Casablanca, Taza-Guercif, Tânger, a tecnologia da informação em Casablanca, a subcontratação de mecânica e elétrica e Ain-Sbaa Sidi el e o turismo no Baixo Vale do Ziz e da na região de Erfoud. Segundo Azkour (2009.114): "O APL é uma forma de organização que surgiu em diferentes momentos e em diferentes lugares do mundo. Muitas vezes, é uma forma de resolver uma crise de um determinado sistema, mas também nasce de uma ação deliberada do Estado». Isso é particularmente verdade como veremos com os exemplos do Brasil.

Os APL no Brasil

A partir do final da década de 1990 passou-se a utilizar no Brasil cada vez mais o termo APL, como sendo um espaço social, econômico e historicamente construído através de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionados, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços (Costa, 2010).

Os estudos de Cassiolato e Lastres (2003) desenvolvido no Brasil, propõem uma tipologia para os aglomerados onde se destacam os conceitos de APL e dos Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Para esses autores, APLs são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Já os “Sistemas Produtivos Inovativos Locais” são os arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial para gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (Furlanetto, Cândido & Martin, 2011).

É possível afirmar, segundo Furlanetto, Cândido e Martin (2011), que os estudos comumente denominados no Brasil por “APL”, evidenciam as vantagens competitivas dos arranjos cooperativos multilaterais, os quais tem se constituído em importante instrumento para o desenvolvimento de uma região, e de acordo com as novas exigências da sociedade que apontam para a necessidade de que este desenvolvimento ocorra de forma sustentável.

De fato, conforme observam Costa, Nunes e Lustosa (2009), a partir dos anos 90 surge um novo ethos desenvolvimentista, que explicita o debate sobre a gestão de espaços territoriais com vistas à promoção de ações orientadas para o desenvolvimento. Trata-se de uma nova abordagem: a do desenvolvimento local, integrado e sustentável, com orientação para a competição e para a cooperação ou solidariedade.

No que se refere à competitividade, o foco está na dimensão econômica do desenvolvimento ou na articulação entre agentes de desenvolvimento, atividades inovadoras e tecnologias de gestão social. Sua consolidação se dá por meio de enfoques em Arranjos Produtivos Locais (APLs), Parques Tecnológicos, Incubadoras de Empresas, Clusters, entre outras estratégias (Lages e Tonholo, 2006). Quanto à orientação para cooperação e solidariedade, a ênfase é a inclusão de setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados, o que pressupõe a utilização de formas de produção não-capitalista e estratégias econômicas autônomas com tecnologias apropriadas. Entre os modelos adotados destacam-se: formas

associativas de produção promovida por instituições diversas, dinâmicas locais de orientação ecológica e sustentável, mecanismos de concessão de crédito e movimentos sociais, em geral (Singer e Souza, 2000).

Nesta perspectiva, salientam Costa, Nunes e Lustosa (2009), a análise dos condicionantes e desdobramentos territoriais de Arranjos Produtivos Locais (APL) em regiões específicas, pressupõe considerar o território como espaço de reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial e geograficamente medidas. Trata-se, pois, de uma noção mais ampla de território que se confunde com a noção de espaço geográfico.

Ainda, conforme apontam Costa, Nunes e Lustosa (2009), os APL podem contribuir de maneira significativa para a efetivação do desenvolvimento, desde que não se constituam em objetivos de políticas em si, mas como uma ferramenta que promova uma visão sistêmica, capaz de mobilizar meios e instrumentos para o desenvolvimento. Este deve ser visto como um processo de mudanças estruturais, gerando dinamismo econômico, inserção e empoderamento social e sustentabilidade ambiental, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Desde o início dos anos 2000, diversos Estados brasileiros, assim como alguns órgãos não governamentais, como, por exemplo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE, dentre outros, estabeleceram políticas de fomento ao desenvolvimento com base em Arranjos Produtivos Locais (APL). Esses órgãos trazem no discurso, em geral, esse modelo organizacional como uma maneira de promover crescimento econômico, gerar novos empregos e, por conseguinte, produzir bem-estar social aos seus participantes e à comunidade local incluída (MDIC, 2006; SEBRAE, 2005a; BNDES, 2004). Algumas vezes, os argumentos apoiam-se explicitamente na proposta de construção de desenvolvimento sustentável, como o SEBRAE (2006), chegando a apontar a política pública de estímulo a APLs como políticas não econômicas, mas sociais em sua essência, tendo em vista o alcance de resultados socioeconômicos das localidades em que se desenvolvem com plenitude (Costa, Sawyer e Nascimento, 2009).

Costa (2010) adverte que apesar dos diversos esforços recentes, o delineamento de ações de políticas públicas que ajudem no desenvolvimento de arranjos produtivos no Brasil ainda é um campo pouco consolidado, mas que merece especial atenção em função do impacto que referido objeto pode ter como instrumento efetivo de desenvolvimento regional.

Em 2004 foi criado no Brasil um Grupo de Trabalho com a participação de organizações governamentais e não-governamentais para desenvolver critérios de ação conjunta para o desenvolvimento regional, fortalecendo a criação de Arranjos Produtivos Locais (Costa, 2010). Com uma ação prioritária em mesorregiões do país, programas desenvolvidos pelo Ministério da Integração Nacional contribuíram para a estruturação de APL, o estabelecimento de infraestruturas sociais e produtivas, a criação de emprego, a organização social e associativa, e de formação de agentes de desenvolvimento integrado e sustentável.

Baseado em pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC) em 2005⁹, com base em informações fornecidas pelas instituições participantes do Grupo de Trabalho acima mencionado, foram identificados 955 APL no Brasil. Destes, 567 estão no setor primário (59%), enquanto que apenas 47 arranjos existem no setor de serviços, com apenas 5% do total. No setor secundário, existem 344 grupos (36%).

⁹ Ver: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proacao/arrProLocais.php>>

Numa perspectiva macrorregional, os dados do MDIC indicam a presença de 83 arranjos na região sul. Ao contrário dos dados totais do país, onde a maioria dos arranjos se encontra no setor primário, 66% dos APL da Região Sul está no setor secundário (55 arranjos no total). A região Sudeste, com 200 APLs, responde sozinha por 21% do número total de APLs do país e tem como os da região sul, muitos arranjos no setor secundário. A região Centro-Oeste, é a que possui o menor número de arranjos, com 5% do total nacional, ou 52 grupos, segundo os dados da pesquisa,

Em termos absolutos, a Região Nordeste é a que tem o maior número de APLs, com um total de 427, o equivalente a 45% do número total de arranjos no país. A grande maioria desses APLs isto é, 309 (72%) estão no setor primário. Na região Norte, há 196 APLs, 20% do total nacional. Assim como para a região Nordeste, o setor primário, na região norte, responde a maioria dos grupos, o que representa 82% do total regional. (Costa,2010). Com o objetivo de contribuir para uma visão dos conceitos e do papel dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) como um modelo de aglomeração de empresas ou produtores condicionante, tanto do desenvolvimento local sustentável quanto da competitividade empresarial e seus problemas, destacamos abaixo algumas experiências.

Experiências de APL: uma estratégia para a promoção do desenvolvimento local no Brasil

No que se refere à cooperação, cultura e parceria como fatores-chave de sucesso das aglomerações produtivas, Costa (2010) nos traz como exemplo o setor moveleiro na mesorregião da "Serra Gaúcha", que dentre as principais atividades econômicas da região, apresenta-se como uma experiência importante. O setor moveleiro de Bento Gonçalves, com um vasto território de 51 municípios, tem um alto grau de inter-relação com outros centros de móveis no país. A origem desta indústria na região está fortemente relacionada à imigração alemã e italiana, que ocorreu no século XIX. Segundo Costa (2010), o cluster contribui com cerca de 30% das exportações totais do setor no país. Entre as principais fontes de vantagem competitiva, menciona o seguinte: a disponibilidade de mão de obra qualificada, a presença de empresas com alta capacidade técnica e inovadora, a existência de uma infra-estrutura institucional apoiada pelo Centro Nacional de Tecnologia e Mobiliário em Madeira (CETEMO), a Associação das Indústrias do Mobiliário do Estado do Rio Grande do Sul (MOVERGS), a União das Indústrias do Mobiliário (Sindimóveis) e Universidade de Caxias do Sul, e, finalmente, a cultura associativa altamente desenvolvida. Sobre este último ponto, a cultura associativa na região tem contribuído para uma melhor articulação dos produtores regionais, refletindo um quadro institucional ativo na região. Nota-se que estas instituições são essenciais para o processo interativo de negócios de cooperação, aprendizagem e formação, bem como a realização de eventos para representar o setor perante as comissões de vários governos (Costa, 2010, p.204-5).

Quanto à propensão de aglomerações produtivas terem mais sucesso quando nascem em um ambiente caracterizado pela existência de clusters estabelecidos e sua importância para a economia local ou regional, Costa (2010) destaca como exemplo, mais uma vez o setor moveleiro, o de Ubá, na mesorregião da "Zona da Mata Mineira". Este setor na região tem suas origens nos anos 70, quando uma empresa de móveis que empregava 1.200 pessoas encerrou suas atividades. Naquela época,

muitos ex-empregados decidiram abrir seu próprio negócio, aproveitando-se dos conhecimentos adquiridos ao longo dos anos. A economia da cidade foi então se desenvolvendo através da indústria de móveis, um setor de mão de obra intensiva. Assim, a partir dos anos 90, a cidade de Ubá passou a ocupar espaços anteriormente ocupados por outros centros, tais como, por exemplo, São Bento do Sul, no Estado de Santa Catarina. Hoje, o aglomerado tem mais de 400 empresas, representando mais de 50% dos estabelecimentos industriais e correspondente a cerca de 70% das receitas fiscais locais. Além disso, o setor é responsável por cerca de 70% do emprego na indústria e 37% do emprego total em do município de Ubá (Costa, 2010, p.208-9).

Comin e Freire (2009) apresentam exemplos de APL das cidades de Santa Rita do Sapucaí no estado de Minas Gerais e de Ilhéus, no estado da Bahia, onde a interação entre diversos atores sociais têm promovido a concentração de atividades em torno das áreas de eletrônica e computadores a partir dos anos 70 e especialmente no início dos anos 90, quando o poder público desempenhou um papel determinante. Em relação aos poderes públicos, especificamente, Favareto (2009) traz, entre outros, exemplos de mesorregiões, o Alto Solimões (Estado do Amazonas), Vale do Rio Acre (Estado do Acre), Bico do Papagaio (Estado do Tocantins), cujo desenvolvimento rural (com base em recursos florestais e agricultura) é conectado a uma das cinco grandes políticas econômicas que tem uma variável territorial.

Uma experiência que representa bem o que caracteriza o reagrupamento de empresas brasileiras com seus altos e baixos, é o caso da APL de equipamentos médicos hospitalares em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.¹⁰ Este APL conta com cerca de 70 empresas de pequeno e médio porte, responsáveis por 22% da produção do setor de equipamentos médicos hospitalares e de odontologia no Estado de São Paulo e 2,3% das exportações nacionais para este setor. Aqui como em qualquer lugar, o Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas- SEBRAE é um elemento-chave na evolução do APL, que se junta à FIPASE (Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto), cujo papel é promover as ligações entre os elementos da cadeia produtiva em busca de cooperação que se mostra muito precária. Junta-se a esses dois parceiros uma incubadora, cujas atividades são encontrados em dois campi da Universidade de São Paulo-USP em Ribeirão Preto. Os promotores do projeto se beneficiam de um espaço onde eles recebem apoio, incluindo a inovação, graças às instalações da rede existente. Apesar dos resultados serem fáceis de perceber, por trás dos bastidores há problemas (veja abaixo), muitas vezes encontrados em outros lugares.

Assim, parece que os líderes empresariais tendem a ver seus iguais mais como concorrentes do que como atores com os quais eles poderiam cooperar. Na verdade, a tendência a cooperar parece manifestar-se principalmente na presença de problemas que exijam superação da desconfiança muitas vezes presente entre os empresários. Uma desconfiança entre uns e outros causada pela grande proporção ocupada pela inovação dentro deste setor de atividade incitando todos a trabalhar para si de forma individual. Esse comportamento torna difícil o surgimento de novas linhas de produção por causa de sua dependência dos esforços combinados de fornecedores, fabricantes e distribuidores. Ao que se acrescenta a falta de compromisso real por parte das autoridades municipais, cuja indiferença levou algumas empresas a localizar em outra cidade após a sua fase de incubação terminar.

Em suma, de acordo com alguns interlocutores, o principal obstáculo do APL

¹⁰ Equipamentos Médicos, Hospitalares e Odontológicos (EHMO). Visitado pelos autores em maio de 2011.

(e este não é um caso isolado) assume a forma de capital social muito pouco estruturado. Além disso, o fato do APL ter sido "arranjado" pela agência local do SEBRAE, remove a sua natureza endógena, e constitui uma explicação suplementar do grau insuficiente de cooperação observado.

No caso brasileiro, a intervenção estatal no desenvolvimento destes clusters, especialmente quando eles estão localizados em áreas distantes, é importante para facilitar, promover, ou mesmo coordenar o desenvolvimento destes aglomerados.

Em relação à atuação do setor público no desenvolvimento local, destaca-se um projeto de parceria entre o Ministério da Integração Nacional e o Estado do Tocantins, a fim de promover o desenvolvimento sócio-econômico das famílias rurais para a coleta de babaçu. Para desenvolver as atividades econômicas relacionadas ao babaçu de forma sustentável, o projeto teve como objetivo reestruturar a sua produção, com a aquisição de máquinas e desenvolvimento de atividades de formação para os agricultores. O projeto tem cerca de 900 quebradeiras de coco da região para a produção de sabão de coco e um suplemento chamado farinha de mesocarpo. Recentemente, a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins aprovou a Lei do babaçu livre e cuja principal finalidade da proibição foi a queima de coco fresco para garantir o acesso das quebradeiras de coco e das comunidades tradicionais em terras públicas onde se desenvolve essa cultura. (Costa,2010).

Cocco (2005), ao tratar da problemática do desenvolvimento local no Brasil, diz que o país é palco de inúmeros esforços para definir uma nova geração de políticas públicas. Estas políticas podem ser classificadas em dois grandes grupos: aquelas relacionadas à distribuição de renda e as políticas rotuladas de desenvolvimento local. É no âmbito dessas últimas que as PME encontram-se agrupadas em APL. Mas, de acordo com este autor, as políticas relacionadas aos APL pecariam pela incapacidade em desenvolver um mecanismo capaz de aplicar um instrumento suscetível de apreender as dinâmicas territoriais tanto em termos sociais quanto produtivos. Apesar de o autor observar que há um esforço para libertar-se do velho paradigma de desenvolvimento, há também o abandono às forças do mercado, como recomendado a todo custo pelos defensores do neoliberalismo. Ainda de acordo com Cocco (2005), a trajetória acadêmica e política da noção brasileira de APL ilustram as ambigüidades e os limites deslocamento da política nacional para o nível local.

Considerações gerais

Compreendemos as limitações do uso da inteligência territorial num contexto em que a implementação de APL no Brasil, situa-se num ensaio quase experimental de tentativas e erros. Mesmo que trabalhos acadêmicos sobre o APL no Brasil não sejam escassos¹¹, são principalmente os formuladores de política econômica sobre o desenvolvimento regional e o SEBRAE, em particular, que estão interessados em uma forma sustentável, por vezes com o fervor que caracteriza a fé dos novos convertidos. Admite-se, por consequência, o ceticismo de alguns estudiosos como, por exemplo, o de Cocco (2005). Se interessar considerar as formas de produção organizacionais anteriormente insuspeitas tal como a cooperação inter-empresas, é importante não

¹¹ Temos como exemplo o IV ECOPAR (encontro de economistas do Paraná) ocorrido em Toledo em novembro 2005, o qual um dos autores participou pelo menos doze comunicações foram sobre APL.

exagerar na medida, como visto com o exemplo de Ribeirão Preto relatado acima. De fato, em qualquer área industrial, há empresários que não se relacionam com outros empresários. Certamente, isso poderá ser diferente após os esforços de agentes do desenvolvimento, especificamente os designados para a animação dos espaços econômicos, como é o exemplo do SEBRAE. Mas o alcance de tais intervenções nem sempre é conclusiva, porque se você pode levar um cavalo à fonte, ele não necessariamente vai beber. O individualismo que sempre caracterizou os líderes empresariais não está pronto a desaparecer, no Brasil e em outros lugares. Dito isto, os APL estabelecidos pelo SEBRAE existem de fato. O reagrupamento de empresas pode experimentar um novo dinamismo desde que os grupos concordem em darem-se os braços. Num colóquio acadêmico, um agente de desenvolvimento já nos afirmou que hoje são encontrados no Nordeste alguns APL, onde o "deserto" prevaleceu uma década antes. Admitimos que ela só poderia tratar-se de um APL brasileiro (Joyel, 2008).

Considerações finais

Desenvolvimento sustentável e desenvolvimento territorial são difíceis de serem dissociados. É importante reconhecer que ambos os conceitos têm aplicações onde pessoas conseguiram chegar a um nível mínimo de "empoderamento" (empowerment). Sem um processo adequado de desenvolvimento das capacidades, é inútil esperar que a população local possa evoluir para uma maior independência econômica. Da mesma forma, onde a necessidade de educação, saúde e habitação são gritantes, será sempre difícil priorizar projetos de caráter econômico. Isto, mesmo que se escute uma declaração frequentemente ouvida: para alcançar o "bem social" deve-se em primeiro priorizar o "bem econômico".

Em relação ao desenvolvimento dos territórios rurais do Quebec, uma série de relatórios apresentados à Comissão sobre o Futuro da Agricultura e da Agro-alimentação do Quebec fizeram alusão ao movimento para o desenvolvimento de produtos locais. Brasil e Marrocos não são exceção a esta tendência. Para o Marrocos, Askou (2009) destaca os progressos realizados pelos vários territórios carentes que têm a chance de escapar do marasmo econômico: a cadeia de rosa em Kelaat M'gouna; a cultura do açafraão em Talioune; a produção de mel em Tamri; cadeia de argan no Souss-Massa-Draa para citar alguns exemplos. Tudo isso, entretanto, requer tenacidade, perseverança e continuidade. Mas esse problema observa-se com frequência no Brasil.

De fato, como observado por Cattini e Ferrarini (2010) a falta de continuidade frequentemente observada nas políticas públicas devido às mudanças de governo (federal, estadual e municipal) compromete iniciativas ainda esperançasas. Pode-se imaginar o impacto negativo sobre a participação do cidadão depois da desmobilização surgida a partir da decepção assim causada. Consequências semelhantes podem ocorrer quando, pelo contrário, os programas se sobrepõem uns aos outros na ausência de uma coordenação adequada no interior dos territórios contíguos (Rocha e Burtszty, 2008).

Este artigo se propôs a mostrar que não faltam exemplos de uma nova dinâmica territorial no Marrocos e no Brasil. Em relação aos territórios rurais, é pertinente mencionar o advento de uma nova economia rural como apontado por Jean (2011) no que diz respeito ao Quebec. Enfatizando que o desenvolvimento

sustentável é concebido a partir de uma abordagem global, territorial e integrado ao desenvolvimento das comunidades rurais, Jean vê uma nova ruralidade emergente baseada em um alinhamento triplo envolvendo: oportunidade econômica, restrições ambientais e da aceitabilidade social¹². Um ponto de vista compartilhado por Cunha (2007) para quem o espaço rural não se limita à produção agrícola e de agroalimentar, mas também um espaço de serviços (turismo, recreação, etc) e recursos patrimoniais. Na mesma linha, Favareto (2009, 2010) sugere uma "nova visão" para o desenvolvimento rural, enquanto Maia, Filippi e Ried (2009), não hesitam em falar de um "novo Brasil rural", caracterizado pela diminuição do peso da agricultura, especialmente a familiar. Em pouco tempo poderemos observar essa evolução no Marrocos.

Referencias

ACSERALD, H., Sustentabilidade, espaço e tempo. In: Herculano, S. C. (Ed.), **Meio ambiente: questões conceituais**, Niterói, PGCA, 2000.

ANGY, K. M., Le programme Cactus de l'Agence du Sud dans les provinces sahariennes du Maroc. In : Guerraoui D. et P. Clerc (org), **Intelligence territoriale et développement régional par l'entreprise : Expériences internationales comparées**, Paris, L'Harmattan, 2011.

ASKOUR, K., **Dynamiques des activités productives et processus d'attraction des investissements**, Colloque de l'Association de science régionale de langue française, Aoste, septembre, 2010.

ASKOUR, K., **Les réseaux de coopération productive au Maroc: le cas de la filière agro-alimentaire**, Rabat, Presses Universitaires du Maroc, 2009.

BANDEIRA, P. S., Participação, Articulação de Atores Sociais Desenvolvimento Regional. In: Becker, D. F. & Bandeira P.S. (Org). **Desenvolvimento Local-Regional - Determinantes e Desafios Contemporâneos**. Santa Cruz do Sul, EDUNICS, 2000.

BELLEMARE, G., J.L. KLEIN, (sous la dir.), **Innovation sociale et territoire : convergences théoriques et pratiques**, Québec, Presses de l'Université du Québec, 2011.

BENKO, G., PECQUEUR, B., Os Recursos de Territórios e os Territórios de Recursos. Florianópolis, **Revista GEOSUL**, v.16, n° 32, jul/dez, 2001.

BENKO, G., Territoires et sciences sociales dans Itçaina, X., J., Palard, et S., Ségas, sous la dir. de, **Régimes territoriaux et développement économique**, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2007, 329 p

¹² Para saber mais sobre como a economia rural se apresenta no Canadá, ver: <http://nre.concordia.ca/>

BERNARDES, J.A., & FERREIRA, F.P.M., Sociedade e Natureza. In: Cunha, S.B & Guerra, J.T.A. (org). **A questão ambiental: diferentes abordagens**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, p17-42.

BERTACCHINI, Y., **Intelligence territoriale: Le territoire dans tous ses états**, Toulon, Presses technologiques, 2007.

BERTACCHINI, Y., Entre information & anthropologie : le processus d'intelligence territoriale, Revue Humanisme & Entreprise, **Les Cahiers du Centre d'études et de Recherches**, Paris, La Sorbonne Nouvelle, 2004.

BNDES, **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento** – versão preliminar., Brasília, disponível em www.bndes.gov.br. Acesso em 27/06/2006.

_____, Notícias: **Governo abre no BNDES debate sobre apoio a Arranjos Produtivos Locais Brasília**, disponível em www.bndes.gov.br. Publicado em 12.09.2005.

BOISIER, S., DESARROLLO (Local): De Que Estamos Hablando? In: Becker D. F.& Bandeira P.S. (org) **Desenvolvimento Local-Regional - Determinantes e Desafios Contemporâneos**, Vol.1, Santa Cruz do Sul, EDUNICS, 2000.

BOISIER, S., Sociedad del Conocimiento, Conocimiento Social y Gestión Territorial. In: Becker, D. F. & Bandeira P. S. (org) **Respostas Regionais aos Desafios da Globalização**. Vol.2, Santa Cruz do Sul, EDUNICS, 2002.

BUARQUE,S.C.,**Construindo o desenvolvimento local sustentável**, Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

CARY, P., JOYAL. A.,sous la dir. de, **Penser les territoires: en hommage à Georges Benko**. Québec, Presses de l'Université du Québec, 2010.

CASAROTTO F., PIRES N. L. H., **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo, Atlas, 1999.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, M. H. M., O Enfoque em sistemas Produtivos e Inovações Locais. In: Fischer, Tânia (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teórico e avaliação**. Salvador, Casa da Qualidade, 2002.

_____, **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais na Indústria Brasileira**. Disponível em www.redesist.ufrj.br. Rio de Janeiro, 2004.

CASTELLS, M., Hacia el Estado-Red? Globalización económica e instituciones políticas em la era de la información. In: **Seminário sobre Sociedade de Reforma do Estado –MARE**, São Paulo, 1998.

CATTANI A.D., A. V. FERRARINI, (2010), Participação, desenvolvimento local e política pública : estratégias articuladas para a superação da pobreza, **Rev. Katal Florinapolis**, 13, no 2, 2010, p 164-172.

CHAUVETIÈRE, N., Les études de prospective initiées par la DREAL du Languedoc-Roussillon, **Territoires du futur**, no 12, octobre, 2010.

COCCO, G., **La problématique du développement local au Brésil**, Rio de Janeiro, polycopié, UFRJ, 2005.

COMIN, A. A., C. T. FREIRE, Sobre a qualidade do crescimento, **Novos Estudos**, 84, Julho, 2009.

COSTA, E. J. M, **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**, Brasília, Mais Gráfica, 2010.

COSTA, H. A., SAWYER, D., NASCIMENTO, E. P., Monitoramento de APL de turismo no Brasil: o (não) lugar das dimensões da sustentabilidade. **Revista brasileira de pesquisa em turismo**, v. 3, 2009, p. 57-79.

COSTA, M. J. P., NUNES M. C. L., LUSTOSA, M.C.J., Gestão ambiental local: análise dos arranjos produtivos Locais de alagoas utilizando o índice municipal de gestão Ambiental. **V Encontro de Economia Baiana**, Disponível em: <http://www.mesteco.ufba.br/scripts/arquivos/23201017445.pdf>, 2009

COURLET, C, **Territoires et régions: Les grands oubliés du développement économique**, Paris, L'Harmattan, 2001.

_____, **L'économie territoriale**, Grenoble, PUG, 2008

CUNHA, L.A., Território, desenvolvimento territorial e «o novo mundo rural», **Emancipação**, 7 (1) ; 2007, 165-176.

DOKU, G. K. A., **Territoires et entrepreneuriat**, Paris, L'harmattan, 2011.

DUMAS P., Intelligence, Territoire, Décentralisation ou la région à la française, **ISDN 16**, Article N° 163 - mai 2004, 3p.

DUPUIS C., A. Burmeister, (org), **Entreprises et Territoires : les nouveaux enjeux de la proximité**, Paris, La documentation française, 2003.

FARIA, S. C., BESSA, L.F. M., TONET, H. C., A theoretical approach to urban environmental governance in times of change. **Management of Environmental Quality**, v. 20, 2009, p. 638-648.

FAVARETO, A., A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição, **Estudos Avançados**, 24, (68), 2010.

FAVARETO, A., Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil, Documento de trabalho no 26, Centro **Latinoamericano para el Desarrollo Rural**, 2009.

FÉRONE, G., et all., **Le développement durable**, Paris, Éditions de l'Organisation, 2001.

Furlanetto, V. E. L.; Cândido G. A., Martin, M.F, (2011). Sustentabilidade em arranjos produtivos locais: uma proposta metodológica de análise. *Gestao.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 1, N. 9, disponível em: <http://www.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/314/199>, jan./abr. 2011, p. 195 – 225

GAGNON, C., Le développement durable : un nouveau paradigme scientifique?, dans Massicotte, G., (sous la dir. de), **Sciences du territoire**, Québec, Presses de l'Université du Québec, 2008, p 335-368.

GALVÃO, A. P.. & COCCO, G., (1999). Desenvolvimento Local e Espaço Público: questões para a realidade brasileira. **Revista RECITEC**, V.3, N.1, , Disponível em: www.fundaj.gov.br, 1999, p.145-158

GIRARDOT, JEAN-JACQUES., « Intelligence Territoriale et participation », **Revue Informations, Savoirs, Décisions, Médiations**, n° 16, Article n° 163, [<http://isd.m.univ-tln.fr>], 2004.

GIRAUDAUT, J.J., <http://www.collaboratif-info.fr/chronique/quest-ce-que-lintelligence-territoriale>, acesso em 1 novembro 2010.

HERBAUX, P., « L'intelligence économique, outil du pacte territorial », colloque ASRDLF Québec. 21-23 août, 2002

HERBAUX, P., **Intelligence territoriale, pour un territoire apprenant**, Colloque international sur le devenir des villes, 2008.

HOUMYD, M. M., L'élevage camelin, un levier pour le développement territorial durable des provinces du Sud., In : Guerraoui D. et P. Clerc (org), **Intelligence territoriale et développement régional par l'entreprise : Expériences internationales comparées**, Paris, L'Harmattan, 2011.

ITÇAINA, X., J., PALARD, et S., Ségas, (org.), **Régimes territoriaux et développement économique**, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2007.

JEAN, B., **Repenser le développement régional et territorial dans les zones rurale**, 48è colloque de l'ASRDLF : site web asrdlf2011.com, 2011.

JOYAL, A., Les APLs au Brésil : une adaptation opportune des SPL à la française? **Géographie, économie et société**, No 10, 2008, p 185- 197.

KHAN, R., La dimension culturelle du développement territorial, **Revue canadienne de sciences régionales**, No spécial, vol 33. disponível em : <http://www.cjrs-rcsr.org/>, 2010.

LAGES, V.; Tonholo, J. (org.), Desafios de competitividade em Arranjos Produtivos Locais. **Dinâmicas de inovação e papel das incubadoras de empresas e parques tecnológicos**. Brasília, ANPROTEC, 2006.

LASTRES, H.M.M; Cassiolato, J..E Maciel, M.L. (orgs), **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**, Rio de Janeiro , Relume Dumará Editora, 2003.

LARDON, S., Chaîne d'ingénierie territoriale : Diversité des acteurs dans la conduite d'un projet de territoire dans **L'ingénierie du territoire à l'épreuve du développement durable**, L'Harmattan, 2010.

LEFEBVRE, H., **La Production de l'Espace** .Paris, Anthropos, 1974.

LEFF, E., **Saber ambiental**. Petrópolis, Vozes, 2001

LÉLÉ, S. Sustainable development: a critical review. **World Development** n.19 (6),1991, p. 607-621.

LEROY, J. P., MAIA, K. D., GUIMARÃES, R. P. **Brasil Século XXI: os caminhos da sustentabilidade – cinco anos depois da Rio-92**, FASE, Rio de Janeiro, 1997.

LLORENS, F. A., **Desenvolvimento Econômico Local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro, BNDES, 1ª edição, 2001.

LOINGER, G, **La prospective régionale, de chemins en desseins**, Paris, Les Éditions de l'Aube, DATAR, 2004.

MAIA, C. M., E. E. FILIPPI, M. REID, Território, ruralidade e desenvolvimento regional, **Revista Brasileira de Gestão e desenvolvimento regional**, V. 5, no, 1, 2004, p, 191-202.

MEYER-STAMER, J., Clustering and Competitiveness in Santa Catarina : General Findings, **Draft Papers**, Florianópolis, APOIO et ACIB, 1996.

MIEDES, B., Territorial intelligence and the three components of territorial governance. In: **International Conference of Territorial Intelligence, Besançon 2008. Papers on Tools and methods of Territorial Intelligence**, MSHE, Besançon, <http://www.territorial-intelligence.eu/index.php/besancon08/Miedes>, 2009.

NIFLE, R., Projets territoriaux: l'émergence d'une révolution culturelle urgente, **Lien**, journal de l'association francophone de management de projet, n°103, 2005.

PECQUEUR, B., V. Peyrche-Gadeau, Fondements interdisciplinaires et systémiques de l'approche territoriale, **Revue d'économie régionale et urbaine**, n° 4, 2010, p 614-223.

PINTO, H. S., COSTA H.G., Desenvolvimento Local Sustentável e Competitividade em Arranjos Produtivos Locais, IV **Congresso Nacional em Excelência em Gestão**, agosto de 2008 disponível em: http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg4/anais/T7_0059_0138.pdf, 2008

POMMIER, P., **Les systèmes productifs locaux**, Collection Territoires en mouvement, Paris, La documentation française, DATAR, 2002.

PORTER M., Delgado, M.D., Stern S., **Clusters and Entrepreneurship**, MIT and the NBER-CES, September, 2010.

REY-VALETTE, H., L'intégration du développement durable dans l'ingénierie territoriale : enjeux et modalités, dans **L'ingénierie du territoire à l'épreuve du développement durable**, L'Harmattan, 2011.

ROCHA, J.D., Bursztyn, M., Estratégias territoriais de desenvolvimento e sustentabilidade no semi-árido brasileiro, **Tese de doutorado**, CDS, Universidade de Brasília, 2008.

Sachs, I., Meio ambiente. In: SACHS, I. **Dicionário - guia como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, G. A., DINIZ, E.J.; Barboza, E. K., Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. In: **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento** – versão preliminar. Brasília, BNDES, 2004.

SEBRAE. **Termo de Referência para Atuação em APLS**. Brasília, Edição Sebrae:, (Série Documentos), 2003.

_____. **Arranjos Produtivos Locais**. Disponível em <www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjosprodutivoslocais> Acesso 17/02/2012.

SINGER, P., SOUZA, A. R. (org.), **A Economia Solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

Sol & Civilisation, **Revenir au territoire : un enjeu pour le développement**, No 2, 2009.

TURNES, V. A., Monitorage participatif des dynamiques de développement local, 48^e colloque de l'ASRDLF : site web asrdlf2011.com, 2011.

VANDERMOTTEN C., **Le développement durable des territoires**, Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles, 2002.

VÁZQUEZ BARQUERO, A., (2002), **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre, Editora da UFRGS e Fundação de Economia e Estatística - FEE,.

ZACCAÏ, E, **Le développement durable: dynamique et construction d'un projet**, Bruxelles, Peter Lang, 2002.